



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

AS CRISES NA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO EM PITANGA/PR: IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO SOBRE A DINÂMICA DA AGRICULTURA CAMPONESA

*THE CRISES OF THE CAPITALIST ACCUMULATION IN THE FIELD IN PITANGA/PR: IMPACTS OF
THE TERRITORIALIZATION OF THE AGRIBUSINESS ON THE ADMINISTRATION OF
CAMPONESA AGRICULTURE*

(Recebido em 12-07-2019; Aceito em 06-07-2020)

Adriano Makux de Paula

Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – Curitiba, Brasil
adriano_makux@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os impactos, na sua maioria negativos, das várias fases da acumulação capitalista sobre os camponeses de Pitanga/PR, no período de 1930 a 2017. Para tanto, utilizou-se a metodologia qualitativa e os seguintes instrumentos: revisão bibliográfica, pesquisa de dados estatísticos, entrevista semiaberta e sistematização. Esta análise justifica-se por revelar como as mudanças imprimidas pelos modos de produção impactam as vidas dos sujeitos que se reproduzem em um determinado espaço. Um dos resultados encontrados foi que determinados ciclos econômicos favoreceram a economia camponesa, permitindo até o seu fortalecimento, como no caso da extração da erva-mate e criação de suínos. Por outro lado, no ciclo de fortalecimento das madeiras e das commodities agrícolas como a soja, intensificaram-se os processos de expropriação e expulsão, deixando o processo de resistência desses importantes sujeitos cada vez mais difícil, além de intensificar a precarização das suas condições de vida.

Palavras-chave: Acumulação; Camponês; Capital; Migração.

Abstract

The objective of this article is to analyze the most negative impacts of the various phases of capitalist accumulation on the peasants of Pitanga, PR, from 1930 to 2017. The qualitative methodology and the following instruments were used: bibliographical review, research of statistical data, and semi-open interview and systematization. This analysis is justified by revealing how the changes produced by the modes of production impact the lives of the subjects that are reproducing in a certain space. One of the results was that certain economic cycles favored the peasant economy that allowed it to be strengthened, as in the case of yerba mate extraction and pig rearing. On the other

hand, in the cycle of strengthening timber and agricultural commodities such as soy, the expropriation and expulsion processes intensified. This made the process of resistance of these important individuals increasingly difficult, in addition to intensifying the precariousness of their life conditions.

Key words: Accumulation; Peasants; Capital; Migration.

Introdução

O capital, ao longo de sua história, passou por várias transformações que influenciaram a constituição do espaço geográfico. O principal mecanismo usado para atingir esse processo são as crises, desde as sistêmicas até as que atingem escala regional/local. Os motivos para que isso ocorra são variados, podendo se tratar tanto de uma crise de acumulação, como nos anos 1980, quanto de pequenas depressões em nichos de mercado específicos de um determinado lugar. Muitas vezes, os motivos combinam-se e imprimem não só a mudança do tipo de produção, mas também da forma como ela é elaborada. No caso estudado, houve pequenas crises no mercado de alguns produtos agrícolas que comandavam a economia regional, culminando em inúmeros impactos negativos para a população que dependia da renda gerada. Isso aconteceu durante o ciclo da erva-mate, da criação de suínos e da extração da madeira que trouxeram, entre outras consequências, a intensificação da monopolização territorial das monoculturas, como da soja, do eucalipto, do pinus, do trigo e do milho.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é revelar os impactos das mudanças nas formas de acumulação capitalista em Pitanga/PR, mais especificamente, aqueles que atingiram a agricultura camponesa.

Este texto é resultado da pesquisa de mestrado concluída em 2015, a qual teve como norte investigativo a autorreflexividade. Ela significa uma constante vigilância não só do papel de investigador, mas também da relação que estabelecemos com os sujeitos que sofrem o processo de objetivação. É, portanto, um constante repensar sobre as posições coloniais de autoridade do pesquisador (KALTMEIER, 2012), dando a devida importância ao conhecimento do cotidiano, o chamado “senso comum”.

Segundo Bourdieu e Wacquant (2005), é preciso afastar a ideia de que somos neutros em nossa relação com os sujeitos, ou seja, que estamos de fora, apenas observando os processos sociais. Tendo essa posição bem clara, elegeu-se a metodologia qualitativa como técnica investigativa. Ela tem por características a coleta de dados e informações contextualizadas a partir das histórias e vivências dos sujeitos da pesquisa, a inter-relação das várias fases do desenvolvimento investigativo, como projeto, revisão bibliográfica, documental, entrevista e sistematização. Dessa forma, concorda-se com Scribano e Orteiz (2008, p.13) quando dizem que esse tipo de investigação invalida a separação entre as etapas: “íntima relación existente entre diseño, técnicas, análisis y construcción teórica -que en la

práctica invalida una separación tajante de las etapas”. Segundo Oliveira (2010, p. 22), a “Pesquisa Qualitativa é analítica e interpretativa, busca refletir e explorar os dados, que podem apresentar regularidades para criar um profundo e rico entendimento do contexto pesquisado”.

Sendo assim, no primeiro passo da pesquisa, realizou-se a revisão bibliográfica sobre os temas importantes para compreensão teórica dos processos analisados; no segundo, buscou-se construir um banco de dados secundários que permitisse verificar as transformações históricas e geográficas do território estudado; no terceiro momento, foram feitos trabalhos de campo visando a realização de entrevistas com camponeses - no caso em questão, 74 entrevistados - por meio da técnica história de vida, objetivando, principalmente, entender como a sua vivência no espaço rural foi sendo transformada pelas seguidas reestruturações produtivas do capital; o quarto e último passo foi a sistematização dos dados.

Logo, o artigo está dividido da seguinte maneira: primeiro, debate-se a importância da erva-mate para a ocupação e colonização de Pitanga, bem como as consequências da sua crise na década de 1930; posteriormente, demonstra-se como a criação de suínos em sistema de safras foi responsável por fixar os camponeses na terra e gerar uma acumulação de capital suficiente para atrair mais população para o local, principalmente por incluí-los na sua engrenagem. Posteriormente, analisa-se como a extração da madeira implicou em mudanças significativas na organização espacial do município, criando conflitos e expulsões, abrindo caminho para a fixação de *commodities* como a soja. Na última parte, analisam-se os impactos das monoculturas na economia do município e na agricultura camponesa.

Fases da acumulação capitalista: a importância da Erva-Mate para fixar o camponês nas terras de Pitanga/PR

Pitanga experimentou diferentes fases de acumulação capitalista. Alguns autores, como Silva (2005), Krüger (2010) e Favaro (2014), chamam essas fases de ciclos econômicos, que influenciaram não só na ocupação e na economia da região Centro-Sul paranaense, à qual Pitanga/PR pertence, mas em todo o estado. Por meio das chamadas “frentes de ocupação”, a erva-mate foi a atividade que mais atraiu imigrantes para a região. Nesse contexto, a primeira fase da acumulação de capital debatida aqui é a da erva-mate, principal atividade do estado do Paraná até a década de 1930. Posteriormente, serão tratados os impactos das safras de porcos, que representaram a grande forma de gerar riquezas até a década de 1960, na região centro-sul do estado. No terceiro momento, serão abordadas as consequências da extração da madeira. Essa foi a atividade responsável, após os anos 60, por gerar empregos. No entanto, também gerou conflitos, expropriações e grilagem de terras,

preparando o terreno para a quarta fase, de consolidação da modernização expropriadora, que ganhou vigor principalmente com a massificação do cultivo de soja.

Nos primórdios da história do município, existia uma forte presença da agricultura de autoconsumo, desenvolvida não só por colonos que estavam cada vez mais chegando a Pitanga, mas também pelos caboclos e indígenas. Favaro (2014, p. 9) acrescenta que:

Além da agricultura de autoconsumo, o caboclo coletava na mata a erva-mate, planta nativa que durante o século XIX e início do século XX [...] configurou-se como principal produto de exportação do Paraná.

A erva-mate gerou grandes riquezas no estado do Paraná, principalmente para as cidades que beneficiavam a produção, como a capital Curitiba. A região central do Paraná como um todo era grande produtora dessa planta nativa, que se encontrava em abundância em suas matas de floresta ombrófila mista. No início, a produção de erva-mate desenvolvia-se de forma paralela ao tropeirismo. Por essa razão, a extração da erva-mate foi desempenhada, ao longo de muito tempo, por uma população que era marginal dentro do sistema tropeirista. Dessa forma, era um complemento dentro da economia das grandes fazendas da época, como relata Silva (2005, p. 88), quando escreve a respeito de sua importância para o município de Guarapuava-PR:

[...] os fazendeiros do município passaram a investir na coleta e industrialização da erva-mate. Especificamente, o cultivo da erva passou a ser muito importante para a economia regional no início do século XX.

Assim, a produção de erva-mate destacou-se como um dos pilares da economia paranaense, no início do século XIX. Pitanga, que ainda era distrito de Guarapuava, também colheu os resultados que provinham dessa cultura, que durou cem anos no Paraná (1830 a 1930). Gomes (2009, p. 138) esclarece que:

Apesar de algumas quedas relacionadas a fatores externos, em cem anos, a erva-mate foi sustentáculo econômico no Estado, sendo, inclusive, um dos elementos responsáveis pela emancipação do Paraná de São Paulo, para a construção da primeira ferrovia, para a melhoria de estradas e pela criação da Universidade Federal do Paraná. [...] até 1930, quando entrou em estagnação.

Como fica claro na citação da tese da autora referenciada, grande parte da produção de erva-mate de toda a região Centro-Sul serviu para acumular riqueza, principalmente na capital Curitiba/PR. O mesmo processo ocorreu na suinocultura, na produção de madeira e agora nas *commodities* de soja e trigo, que não são beneficiadas em Pitanga ou na região. Tal fato revela uma das questões responsáveis para que essa região seja uma das mais pobres do Estado: ela foi e continua sendo

produtora de bens primários que concentram riquezas nas mãos de poucos, aqui, grandes produtores do agronegócio, enquanto a maior parte da população vive na pobreza e sem acesso à terra.

Assim, apesar da erva-mate ter movimentado a economia de Pitanga e região no início do século XX, não foi suficiente para fortalecer a economia camponesa, que sofria com a apropriação capitalista da sua renda, visto que eram os intermediários que compravam a sua produção. Entretanto, como naquela época era uma das poucas atividades que gerava algum ganho, foi o alento para os primeiros moradores de Pitanga, como mostra Cleve (2010, p. 142):

O ingresso de Pitanga, até então parte do imenso território do município de Guarapuava, no chamado ciclo econômico da erva-mate, veio trazer alento, esperança e alguma renda monetária para seus primeiros moradores. Os ervais tanto quanto os pinheirais com os quais coincidiram eram consideradas plantas irmãs, eram tão abundantes nesse tempo, parecendo que não acabaria mais. Sua produção era barata. Bastaria o corte de galhada e da folhagem, o sapeco e o cancheamento de forma rudimentar no próprio local, para sua venda sem maiores formalidades no mercado.

A erva-mate foi a responsável por criar grandes fortunas no Paraná e também concentrar poder, mas começou a sofrer um declínio econômico a partir de 1930. Esse processo foi o resultado de inúmeros fatores, que iam desde a concorrência comercial com a Argentina, até a falta de interesse por parte do Estado em incentivar a produção. Favaro (2014, p. 12) cita quatro desses fatores:

[...] a) em 1913, a Argentina iniciou o cultivo da erva-mate em seu território; b) a primeira Guerra Mundial, que provocou a queda geral das exportações; c) a qualidade do produto brasileiro passou a ser inferior; d) a comercialização predominante passou a ser do mate não beneficiado; e) as políticas estavam voltadas ao café do norte do Paraná, que nascia como uma importante fonte econômica.

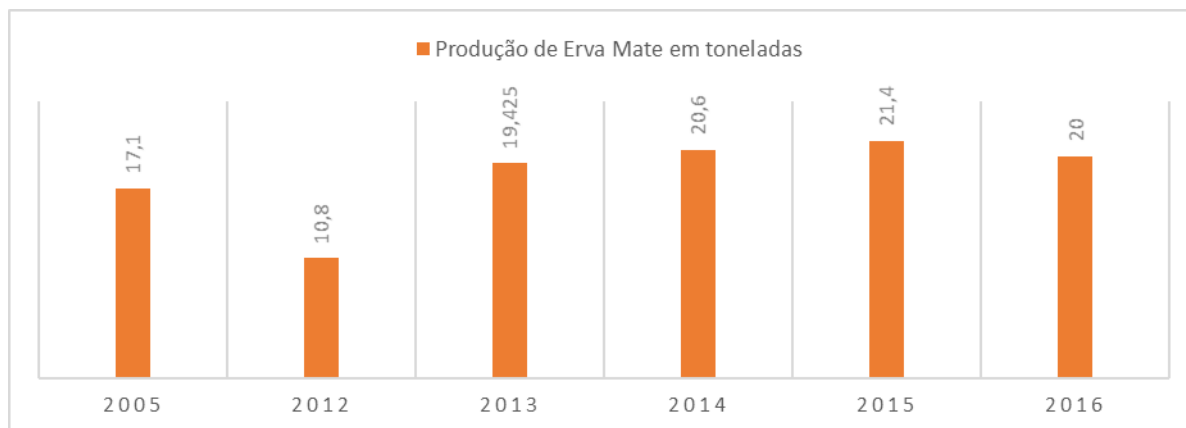
Portanto, as dificuldades encontradas para a extração da erva-mate e a chegada de mais população em Pitanga/PR resultaram gradativamente no surgimento de uma nova fase de acumulação.

Considerando-se que o processo de acumulação de capital é marcado por crises econômicas, outra atividade ganha destaque e movimenta a economia de Pitanga: a suinocultura. Apesar da sua ascensão, a produção ervateira ainda resistiu como um complemento para a renda camponesa e contribuiu para o processo de resistência dos camponeses e da própria planta, que já poderia ter desaparecido do centro do Paraná se não fosse a sua importância econômica e social para esses sujeitos.

Ainda existem algumas ervateiras locais que beneficiam a produção, mas, com o declínio e a grande exploração da madeira e das safras (o que será explicado adiante), acabou-se com grande parte das espécies nativas, que são as mais valorizadas no mercado. Enquanto se paga, em média, 14

reais a arroba de erva no pé plantada, a nativa chega a 18 reais. Essa destruição das espécies nativas tornou-se também uma forma de expropriar uma das mais importantes fontes de renda da agricultura camponesa, que perdeu mais um item de sua diversificação. Atualmente, Pitanga produz 20 mil toneladas de erva em 4 mil hectares, gerando um valor de 20 milhões em produção, com 4.500 reais por ha colhido (gráfico 1).

Gráfico 01: Produção de erva-mate em toneladas, de 2005 a 2016, em Pitanga/PR



Fonte: IBGE (2016). Nota: O período de tempo descontínuo deve-se à ausência de dados no acervo do IBGE para os anos de 2006 a 2011.

Nota-se no gráfico 1 que a quantidade de produção da erva-mate vem se mantendo no mesmo patamar desde 2005. Ela hoje é de importância fundamental na economia diversificada da agricultura camponesa. Por essa razão, também é um símbolo da resistência dos camponeses, que lutam diariamente para continuarem vivendo no campo.

É importante ressaltar que a extração da erva-mate não é exclusivamente praticada dentro das unidades camponesas. As grandes propriedades tomadas pela lógica do agronegócio também as extraem das reservas naturais que são obrigadas a manter. Para fazerem a extração, contratam empreiteiras ou ervateiras que usam mão de obra extremamente explorada, visto que fazendeiros e indústrias do setor foram, inúmeras vezes, flagrados em operações de combate ao trabalho escravo (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO GEFM, 2018)¹. A caracterização dava-se pelas condições degradantes e humilhantes oferecidas aos trabalhadores, como alojamentos em barracos de lonas sem ventilação, sem assoalho e sem camas, ficando expostos a animais peçonhentos e às intempéries climáticas, além de não disponibilizarem, tanto no alojamento quanto nas frentes de trabalho,

¹ As informações constam nos relatórios de fiscalização dos Grupos Especiais Móveis de Fiscalização (GEMF), da Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia. Foram obtidas por meio da Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

instalações sanitárias, água potável e alimentação, que acabam ficando como responsabilidade dos trabalhadores.

Para fazer o trabalho, cada cortador recebe, em média, 1 real e cinquenta centavos a cada arroba colhida². Eles também precisam adquirir as ferramentas de trabalho e os equipamentos de proteção individual, os quais não são usados ou, se são, encontram-se em péssimas condições. É importante lembrar que todos esses itens são de responsabilidade do empregador, e não do empregado. A Figura 1 revela as condições que caracterizaram o trabalho análogo ao escravo, termo usado na lei em General Carneiro/PR, município localizado na mesma região que Pitanga³.

Figura 01: Condições do alojamento oferecido aos trabalhadores do corte de erva-mate em General Carneiro/PR.



Fonte: Relatório de Fiscalização GEFM (2008).

Especificamente no município de Pitanga não houve operações e resgate de trabalhadores. No entanto, segundo dados disponíveis no Observatório Digital Do Trabalho Escravo, mantido pelo Ministério Público do Trabalho, foram resgatados treze trabalhadores⁴, inclusive nessa atividade

² Cada arroba equivale a quinze quilos.

³ Essas condições motivaram a realização de pesquisa de doutorado sobre o tema, que está em curso (2017 – 2021) pelo autor.

⁴ Não é possível verificar lugar exato onde ocorreu o resgate, apenas o local de residência e natalidade dos trabalhadores. Para saber mais acesse: observatorioescravo.mpt.mp.br.

(OBSERVATÓRIO DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRÁFICO DE PESSOAS, 2018). Portanto, apesar da importância da atividade para complementar a renda camponesa, há que se reconhecer que é cheia de contradições dentro do processo produtivo, as quais precisam ser debatidas e resolvidas. Também é importante ressaltar que nenhum dos relatórios de fiscalização do trabalho analisados diz respeito a pequenas propriedades. Dessa forma, a problemática envolvendo os trabalhadores compõe mais um conflito social gerado pelo agronegócio.

Outro fato a se destacar é que, desde 1930, a erva-mate não recuperou o seu protagonismo na acumulação capitalista regional. O que deu alento para que a população conseguisse sobreviver à crise dos anos de 1930 foi a criação de suínos, que sustentou a economia camponesa até meados de 1950, quando entrou em crise e as madeireiras ganharam destaque. Nesse sentido, a próxima parte do texto trata do contexto histórico geográfico do período em que a pecuária suína dava dinamismo aos processos sociais que transformaram o espaço pitanguense.

A criação de suínos em Pitanga/PR: a reinvenção dos camponeses para resistir à crise da Erva-Mate

O capital sempre refaz a sua forma de acumular e imprime novas dinâmicas que atingem diretamente as populações menos favorecidas economicamente, resultando, muitas vezes, em processos de expropriação. No caso dos camponeses, a perda da importância econômica da erva-mate e a sua destruição enquanto planta nativa representaram a exclusão desses sujeitos do processo produtivo, os quais, seja produzindo ou sendo mão de obra na colheita, conseguiam extrair renda. Vale lembrar que a atração de colonos, principalmente de ucranianos e gaúchos, deu-se em razão desse ciclo. Assim, Harvey (2011, p. 45) relata as seis barreiras da acumulação que podem implicar numa nova forma de acumular capital:

O exame de fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais à acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido: i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. Um bloqueio em qualquer um desses pontos interrompe a continuidade do fluxo de capital e se prolongado acaba produzindo uma crise de desvalorização.

Como pôde ser observado na seção anterior, o que interrompeu a acumulação de capital por meio da produção de erva-mate foi a falta de demanda do mercado, encaixando-se na sexta barreira identificada por Harvey (2011). Mas, apesar do fim da exploração da erva-mate, a agricultura

camponesa conseguiu se inserir em um novo ciclo que despontava no território pitanguense: as “safras de porcos”. Essa atividade, que fez do camponês, entre as décadas de 1930 e 1950, uma peça fundamental na engrenagem da economia – apesar de continuar sendo explorado pelos intermediários (nesse caso, através da figura do safrista) – garantia que a necessidade de renda das pequenas unidades camponesas fosse suprida. Além da carne, a criação de suínos proporcionava outro produto de igual importância para a época: a gordura animal. Dessa forma, além de abastecer o autoconsumo das unidades camponesas, ainda era possível extrair renda vendendo os animais para os safristas, que faziam a engorda e comercializam os suínos nos grandes frigoríficos. Como ainda não existia a produção de óleo vegetal, esse era um importante produto para a população na década de 1940.

Nesse contexto, a criação de porcos desenvolveu-se até os primeiros anos de 1950. Os animais eram transportados a pé, por meio das tropeadas, em rebanhos de cerca de 100 animais por tropeiro. Essa forma de transporte durou apenas os primeiros anos, sendo logo substituída pelos “caminhões porcadeiros”, que economizam tempo (levava-se até dez dias para cumprir o trajeto) e energia dos suínos. Eles eram levados para as cidades de Guarapuava, Ponta Grossa e Jaguariaíva, locais onde se produzia a gordura animal. As grandes beneficiadoras da época eram as indústrias Matarazzo, que representaram um dos grupos econômicos mais ricos e poderosos do Brasil (CLEVE, 2010). Segundo o censo de 1950, Pitanga possuía um rebanho de 120.025 mil unidades.

Esse sistema de “safras” exigia uma grande quantidade de terras disponíveis para que fosse feita a engorda dos suínos; para tanto, os safristas – que compravam os porcos dos camponeses – limpavam uma área de floresta nativa e, depois das queimadas, faziam a plantação de milho. Essa atividade foi uma das grandes responsáveis, além da extração da madeira, pela rápida transformação da paisagem, antes dominada pelas vastas florestas. Cleve (2010, p.146-147) também discorre sobre isso:

O chamado período de safras foi praticado durante todo este tempo com grande desenvoltura em território pitanguense, sendo responsável por enormes desmatamentos para o plantio de lavouras, sobretudo do milho para a engorda de porcos, praticados em grande parte em áreas de terras devolutas, que implicavam, inclusive, na derrubada de pinheiros e de outras madeiras de lei [...].

Durante o trabalho de campo, conversou-se com o Sr. Francisco, que conta como era desenvolvida a atividade pelos camponeses naquela época:

Sr. Francisco:Algun ano me criei lidando com porco, antigamente era só com porco, ninguém lidava com outra coisa,[...] nois era safrista, comprava e cria, sempre nois conservava, 200, 250 porco nosso mesmo, tudo a vida.

Autor: e como vocês faziam pra criar os porcos?

Sr. Francisco: Era tudo largado, nois fechava de vara, daí dois, três alqueire de roça, daí largava os porco né e o resto ia colhendo milho, fazia 5, 6 paiolão de milho, mais paio de milho... e aquele conserva a porcada, o que era de engorda, engordava tudo, era porca de cria e capado tudo gordo.
(Entrevista realizada em maio de 2014).

Dessa forma, a suinocultura da época conseguia envolver muitos sujeitos, tornando-se, assim, tão importante para a transformação do espaço pitanguense. Faziam parte desse ciclo os criadores de porcos (camponeses principalmente), os safristas, os compradores de porcos, os porcadeiros (que transportavam os animais) e os frigoríficos. Portanto, cada sujeito possuía um papel. Os camponeses eram responsáveis pela criação de suínos ainda magros, que eram criados “soltos no faxinal, onde estes animais se alimentavam do pinhão, bolotas (sementes) de Imbuia, Canela, Tarumã e de outros frutos” (CLEVE, 2010, p. 147), e eram comprados pelos intermediários, ligados ou não com o safrista.

Os safristas, após a compra dos suínos, transportavam-nos para as áreas onde estava a sua plantação de milho. Lá, os animais eram soltos para que engordassem, como relatou anteriormente o Sr. Francisco. Aquele sujeito, na época, era conhecido como o “homem do dinheiro”, pois, além da compra dos suínos, era ele que financiava a derrubada da mata e a plantação do milho. Assim, durante os meses de março e abril, percorriam o sertão comprando porcos magros para a engorda. Ainda contratavam várias pessoas para derrubarem grandes áreas de mata a fim fazer as roças de milho (FAVARO, 2014). O Sr. Francisco (2014) conta que

Era só sertão aquele tempo, naquele tempo nois entrava 5, 6, km no sertão e fazia roça o quanto queria, não tinha ninguém. [...] Aquele tempo era sofrido i... nois fazia 80, 100 alqueire de roça tudo, roçava de foice primeiro depois vinha no machado, machado a muque assim, cortava a muque tudo, não existia motosserra nada né, era só no machado, nois vendia no Rio das Pedra ou vendia pro Pedro[...] na Bela Vista. Daí eles levavam, eles tinham caminhão pra leva pra fora (Entrevista realizada em Maio de 2014).

Compreende-se a necessidade de uma inter-relação para que o sistema se desenvolvesse, pois o safrista precisava de mão de obra para que fosse feita a limpeza da mata e o plantio do milho. Esse trabalhador era conhecido, na época, como “camarada”, o qual era responsável pelo trabalho mais pesado. Favaro (2014) relata que as safras de porcos sofreram declínio já nessa mesma década, mas, segundo Bach (2010), essa atividade resistiu até a década de 1960. Entre os motivos dessa nova crise no regime de acumulação de capital por meio da criação de suínos estão: o avanço das indústrias da madeira, a chegada de novas técnicas de criação de porcos, a peste suína clássica, a substituição da banha por óleos vegetais e a agricultura mecanizada (FAVARO, 2014). Em 2006, o último censo

agropecuário registrou que existiam 44 mil unidades de suínos presentes em 1.786 propriedades, de um total de 3.748⁵ (IBGE, 2006).

Em 2004, durante a vigência da linha de investimentos em infraestrutura do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foram destinados mais de 279 mil reais para a construção de um frigorífico de suínos, que teria o objetivo de fortalecer a geração de renda das propriedades camponesas, principalmente pela dificuldade de inserir a sua produção no mercado e potencializar a agregação de valor. No entanto, a obra está abandonada e não saiu do papel, como revela a figura 2.

Figura 02: Frigorífico de suínos abandonado em Pitanga/PR



Fonte: FAVARO (2011)

O desejo de construir tal obra passa pela relação histórica da região com a criação de suínos. Fato que era levado em conta nas diretrizes que norteavam a implantação de políticas para o rural no Brasil, as chamadas políticas de desenvolvimento territorial⁶, principalmente depois da criação dos territórios da cidadania, executado durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002 – 2010), mas foi, ao longo do tempo, sendo desestruturada, chegando ao fim depois do golpe que levou ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Especificamente sobre a obra em questão, Favaro (2014) relata os motivos da sua paralisação:

⁵ Apesar do número de propriedades ser maior que em 1940, a área ocupada por elas, no caso de Pitanga, não se alterou, ou seja, o que ocorreu foi uma maior repartição da mesma área já ocupada pelas pequenas propriedades, as quais possuem apenas 9% da área disponível para a agricultura.

⁶ Para saber mais sobre as políticas de desenvolvimento territorial rural durante o período relatado, consulte: FAVARO, Jorge Luiz, *Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro* – Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. pp.380.

As obras iniciaram-se em 2004 e estão inconclusas devido a problemas nas instalações elétricas e hidráulicas, bem como por conta de complicações no licenciamento ambiental, com o indeferimento do IAP – Instituto Ambiental do Paraná em relação à construção de lagoas de decantação de dejetos, tornando o empreendimento inadequado às exigências da inspeção estadual[...]. Conforme a percepção deste pesquisador junto aos produtores, técnicos e autoridades do Território, existem muitas dúvidas quanto a sua viabilidade técnica e econômica, visto que hoje a grande maioria dos agricultores familiares não tem intenção de participar da cadeia produtiva dos suínos (FAVARO, 2014, p. 232-233).

Essa tentativa frustrada de retomar a importância econômica dessa atividade mostra a falta de alternativas que o Estado oferece para que esses sujeitos resistam às pressões do agronegócio, setor que consegue bilhões de reais, ano após ano (190 bilhões só no Plano Safra 2018/2019), enquanto camponeses são abandonados pela má gestão e falta de vontade política de investir neles. Souza (2006, p. 37) sintetiza bem as diversas definições sobre as políticas públicas:

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais: A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. [...] A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Assim, o fim dessa atividade significou um duro golpe sobre a agricultura camponesa e sobre os trabalhadores rurais envolvidos no processo - como pode-se observar não só pela sua extensão, mas também pelas fases que envolviam a criação e comercialização de porcos, que acabaram ficando expropriados de trabalho e de renda, sendo, posteriormente, absorvidos como mão de obra nas madeiras. Como a fala do Sr. Francisco mostra, a atividade oferecia a ocupação de terras pelos camponeses que iam chegando: “era só sertão”. Ou seja, não existiam grandes dificuldades para ocupar um pedaço de terra e se reproduzir.

Segundo o Censo Agropecuário de 1960 (IBGE, 1960), existiam 2.629 propriedades na condição de ocupada e 3.606 na condição de parceria. Tal cenário mudou com a chegada das madeiras e da economia sojeira do agronegócio, que protagonizaria grandes conflitos fundiários na região. Para o leitor ter uma ideia do tamanho do impacto, juntando as duas condições, a de parceiro e a de ocupante, o Censo agropecuário (IBGE, 2006) apontou que Pitanga possui 416 propriedades, o que representa 6% do que existia em 1960. A sequência do texto procura ajudar a entender as razões e as implicações dessa transformação profunda.

As madeireiras e a monopolização territorial das *commodities* agrícolas: o agronegócio que expropria, expulsa e precariza a vida no campo

Com o declínio das safras de porcos, a propriedade camponesa enfrentou desafios para se manter na terra e colocar a sua produção no mercado, processo que gerou a sua precarização, como será demonstrado na sequência. Nesse contexto, a atividade econômica que assume a acumulação de capital no espaço de Pitanga e região passa a ser a extração da madeira. Essa atividade promoverá a “limpa” tanto das florestas, quanto dos camponeses posseiros, arrendatários e parceiros, promovendo inúmeros conflitos pela terra. O município como um todo sofrerá um forte declínio na sua população, expulsando milhares de pessoas que dependiam das atividades agrícolas para grandes municípios, como Curitiba/PR, São Paulo/SP e Joinville/SC.

Destaca-se que, a partir dos anos 1940, a atividade de exploração da madeira tornou-se valorizada para o Brasil. Naquele período, ainda se vivia a política de substituição de importações devido à Segunda Guerra Mundial e o avanço da urbanização, como relata Gomes (2009). Assim, quanto mais a demanda por madeira crescia, mais as serrarias adentravam o interior do Paraná. Seu grande alvo era os enormes Pinheiros (*Araucária angustifolia*) que existiam em abundância na mesorregião Centro-Sul, tornando-a um importante centro de produção de madeira no Paraná (GOMES, 2009).

Até o fim da década de 1960, as serrarias eram pouco modernizadas e, por essa razão, a sua atividade precisava de uma grande quantidade de mão de obra, farta em Pitanga em razão da crise nos ciclos da erva-mate e das safras de porcos. Gomes (2009, p.225) relata que a mão-de-obra das serrarias era formada por diferentes colonos e caboclos, “[...] era daquelas pessoas que não encontravam trabalho na agricultura e ou na extração da erva-mate, ou ainda, que combinavam trabalho temporário na lavoura com as empreitadas das madeireiras”.

Essa mão de obra não especializada, encontrada em abundância na região, refletiu as reconfigurações que o capital necessitava. Uma vez que o sistema econômico estava sempre em busca de atividades que gerassem lucros cada vez maiores, a região ia se adaptando e mudando de atividade econômica predominante. Dessa forma, a sede por mais lucro levou os capitalistas da época a realizarem uma verdadeira corrida pelo pinheiro e, para tanto, adquiriram grandes extensões de terras ou adentraram o território para comprar pinheiro em pé daqueles que já possuíam a posse e o título da terra.

Esse fato gerou inúmeros conflitos fundiários na região. No caso de Pitanga, o mais conhecido foi o Grilo do Tigre, que ocorreu na comunidade Rio do Tigre, onde hoje é o município de Boa Ventura

de São Roque-PR. Nesse local, houve a revolta dos camponeses contra os donos das serrarias, que estavam se apropriando indevidamente de suas terras, com o apoio do poder judiciário da época.

Nessa ação, foram queimados todos os títulos de terras concedidos pelo juiz da comarca de Pitanga, que foi expulso da cidade e o grilo freado. Esse é só um dos vários casos de grilagem de terras na região, como também foi o caso da Indústria Madeireira João José Zattar S/A, no município de Pinhão. Favaro descreve o processo de compra e venda de pinheiros “Nem sempre esse processo era tão harmonioso, pois quando não havia interesse de venda dos pinheiros pelos donos de terras, alguns madeireiros “falsificavam” documentos ou ludibriavam as pessoas, forçando a venda dos pinheiros” (FAVARO, 2014, p. 15). Assim, a expansão das serrarias em Pitanga foi rápida, tanto que, em poucos anos, a gigantesca floresta de araucárias foi dizimada. Favaro (2014, p. 16) mostra como foi acelerada a chegada de madeireiras na região e em Pitanga:

As primeiras unidades madeireiras, predominantemente serrarias, aparecem em Guarapuava a partir de 1935. Num intervalo de 10 anos, estabelecem-se, no município, 30 unidades e, no final de 1974, já somam 356 empresas no ramo das serrarias, beneficiamento, escritório e depósito. Em Pitanga, foram implantadas no mesmo período 117 serrarias.[...]. (grifo nosso)

Em função desse número grande de serrarias, em pouco tempo essa atividade se exauriu. Dessa forma, com o passar do tempo, algumas serrarias começaram o processo de reflorestamento sobre as terras que iriam adquirindo, outras abandonaram a região e partiram para outras frentes. O Sr. Francisco, que trabalhou muitos anos em uma das serrarias em Pitanga, relatou que ela se mudou para o Mato Grosso, depois que a matéria-prima ficou escassa e a legislação ambiental ficou mais rígida: “depois que acabou ali, a filha do dono levou pro Mato Grosso os equipamentos”.

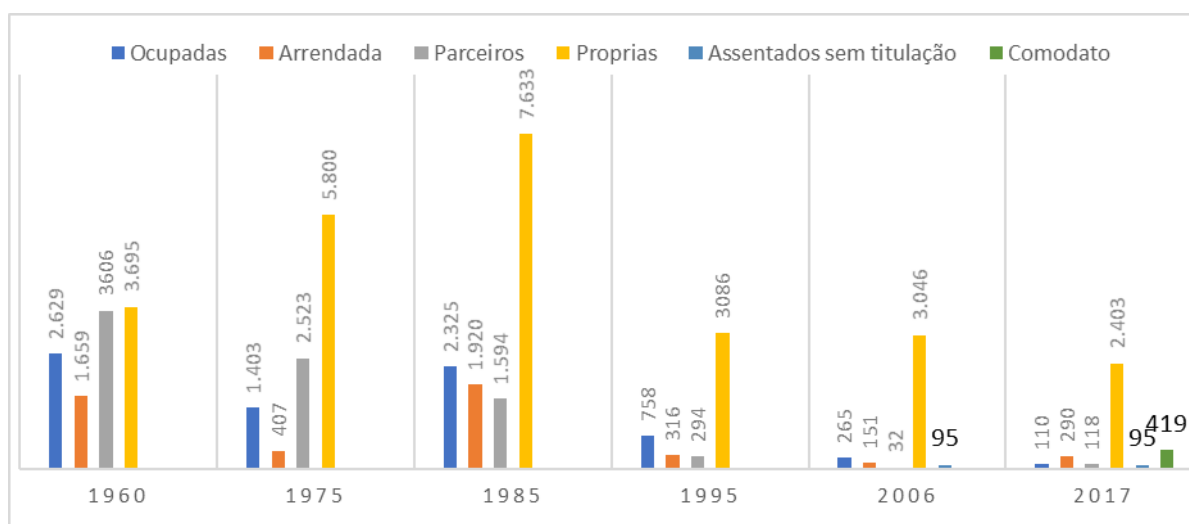
Com o fim dessa exploração, os camponeses, que já estavam expropriados pela não inserção da sua atividade no mercado, viram-se novamente expropriados pelo fim da atividade madeireira que lhes garantia trabalho, pelo menos durante algum período do ano, e que, conseqüentemente, injetava algum recurso dentro da propriedade rural. O gráfico 2, logo adiante, demonstra que a população rural começou a diminuir junto com a crise na produção madeireira.

Essa atividade também foi importante para a configuração da estrutura fundiária de Pitanga e consolidou ainda mais as grandes propriedades em detrimento das pequenas. Tal processo ocorreu pela aquisição de grandes extensões de terras pelos antigos donos de serrarias, muitas vezes, de forma ilegal, como o caso do grilo do Tigre. O Sr. Francisco conta como era o contexto da época: “Aquele mais grande mandava matá os outros pequenos pra.... [roubar a terra] ‘deusolivre’ rapaz, era

uma mortandade de gente que ‘deusolivre’...”. Pitanga chegou a ter mais de 2 mil propriedades ocupadas em 1985, ao passo que, hoje, possui menos de 300.

Como a acumulação de capital oriundo da exploração da madeira estava em crise, a produção das monoculturas de soja, trigo e milho tornou-se a principal atividade econômica desenvolvida em Pitanga. Assim, a agricultura camponesa, a partir desse momento, começou a sofrer com a falta de alternativas para a geração de renda na propriedade, o que intensificou o desemprego rural em função da modernização, principalmente na década de 1980. Outro processo concomitante foi a expulsão de milhares de camponeses que viviam em condição de ocupantes, arrendatários e parceiros. O gráfico 2 mostra como foi acelerada essa expulsão.

Gráfico 02: Número de estabelecimentos rurais segundo a condição de posse em Pitanga/PR.



Fonte: IBGE (1960, 1975, 1985, 1995, 2006, 2017). Org: O autor (2020)⁷.

Analisando o gráfico 2, vê-se que, em 1985, os ocupantes e parceiros correspondiam a 3.919 estabelecimentos rurais do município. Em 2006, os números despencam e as duas condições correspondem a menos de 300 estabelecimentos. Entre 2006 e 2017, os números pouco se alteram, tendo uma diminuição novamente das terras ocupadas (de 265 para 110). O fato que chama mais atenção, entre 2006 e 2017, é diminuição em 21% das terras próprias, ou seja, tituladas. A redução

⁷ O IBGE incluiu no Censo Agropecuário a categoria Área de terras em regime de comodato, que significa: “Área de terras em regime de comodato (contrato ou acerto entre as partes) – quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante contrato ou acerto entre as partes, no qual somente o produtor (comodatário) assume as obrigações” (IBGE, 2018). Na nota técnica, a instituição, orienta a soma dessa categoria com a de Terras Ocupadas, mas a própria definição do IBGE (2018) difere em muito as duas categorias: “Área de terras ocupadas – quando a área é de propriedade (pública ou particular) de terceiros e pela qual o produtor nada pagava pelo seu uso (ocupação ou posse)” (IBGE, 2018). Fato que prejudica a comparação, principalmente pela diferença significativa que os números representariam entre os censos de 2006 e 2017.

concentrou-se nas terras com até 100 hectares (85% do total das perdas) (IBGE, 2017). Diante desse cenário, pode-se observar que a modernização não só representou a expropriação de trabalhadores rurais, mas também de camponeses que se reproduziam por meio da parceria e da ocupação. Esta última condição mudou muito em razão da entrega, por parte do estado, de títulos de terra a madeireiras, que, posteriormente, efetuavam a extração da madeira, transformando-se em grandes propriedades produtoras de *commodities*.

O capital, além de expropriar camponeses, cumpre a outra face do seu processo de acumulação: “A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado.” (MARTINS, 1991, p.52).

Esses sujeitos, sem condições de sobreviverem do autoconsumo que era gerado nas pequenas propriedades ou do seu próprio trabalho, migraram para a cidade, buscando a sua reterritorialização na condição de trabalhador empregado, ou então entraram na luta dos movimentos sociais para tentarem conseguir um pedaço de terra, por meio da reforma agrária. Em Pitanga, existem 95 propriedades de assentados da reforma agrária, o que não representa nem 1% dos estabelecimentos rurais em 2017. Dessa forma, concorda-se com Oliveira e Stedile (2005, p.14), quando relatam que a:

[...] modernização trouxe, como consequência social, o êxodo rural e o aumento da pobreza e da desigualdade social no meio rural. [...] No período de 1970 a 1990, em apenas duas décadas, quando se acentuou a implantação desse modelo, quase 30 milhões de brasileiros deixaram o meio rural brasileiro e migraram para as cidades em busca de alternativas, porque a agricultura não mais lhes oferecia possibilidade de sobrevivência.

A territorialização das monoculturas e do modelo do agronegócio em Pitanga - como a soja, o milho e o trigo - acabou impondo, por meio do mercado e do posicionamento ideológico, que o melhor caminho era modernizar a produção, introduzindo o pacote tecnológico, visando ganhar produtividade. Entretanto, nesse processo, a agricultura camponesa continuou excluída pelo Estado, que incentivou, por meio do crédito, o acesso às tecnologias e ao próprio mercado os grandes proprietários, visto que priorizava a produção em larga escala.

Enquanto bilhões de reais eram jogados no colo dos ruralistas por meio do crédito agropecuário, os camponeses e trabalhadores tiveram que experimentar o sabor amargo da migração

promovida por processos expropriatórios⁸. Sem terra, sem reforma agrária, sem trabalho e sem dignidade, foi essa a retribuição a esses sujeitos tão importantes para a nossa sociedade. É sabido que o agronegócio é o responsável por inúmeros conflitos socioambientais em todo o Brasil, confirmando a importância de que, em pleno século XXI, continue tão viva a questão agrária. Dessa forma, concorda-se com Alentejano (20011, p. 69):

[...] quatro questões que nos parecem intimamente correlacionadas e que conformam o cerne da questão agrária brasileira neste início de século: a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que isto gera; a crescente internacionalização da agricultura brasileira expressa pelo controle da tecnologia, do processamento agroindustrial e da comercialização da produção agropecuária, bem como pela aquisição de terras; as transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira que têm fomentado uma crescente insegurança alimentar; a persistência da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo brasileiro como características centrais de nosso modelo agrário.

Os camponeses passaram a se reproduzir em brechas do mercado como, por exemplo, através da produção de leite, de hortaliças, de milho e feijão, principalmente. Outros tentaram se inserir no mercado sojeiro; no entanto, em muitos casos, tal inserção só trouxe resultados negativos, como mostra a fala de Jonas, um camponês.

Jonas: Quando o soja estava bão, o preço pago 50 pila [reais], eu plantava 40 alqueire arrendado né, daí eu saí dois anos, eu saí bem, no terceiro já ó....

Autor: Mas por que isso aconteceu?

Jonas: não porque o soja baixou e você pagava pra fazer tudo, daí eu paguei as conta vendi a renda e parei, antes que se quebre né (Entrevista realizada em Setembro de 2014).

Na fala do camponês, é possível verificar que apenas produtores com uma quantidade elevada de recursos conseguem sobreviver às constantes oscilações do mercado mundial de *commodities*. O poder que sustentou a transformação do espaço através da reestruturação produtiva originou-se localmente com as fortunas feitas com as explorações da pecuária, da erva-mate, das safras de porcos e da madeira, o que garantiu que o capital acumulado nessas atividades fosse rapidamente convertido na mecanização da lavoura, além dos incentivos do Estado.

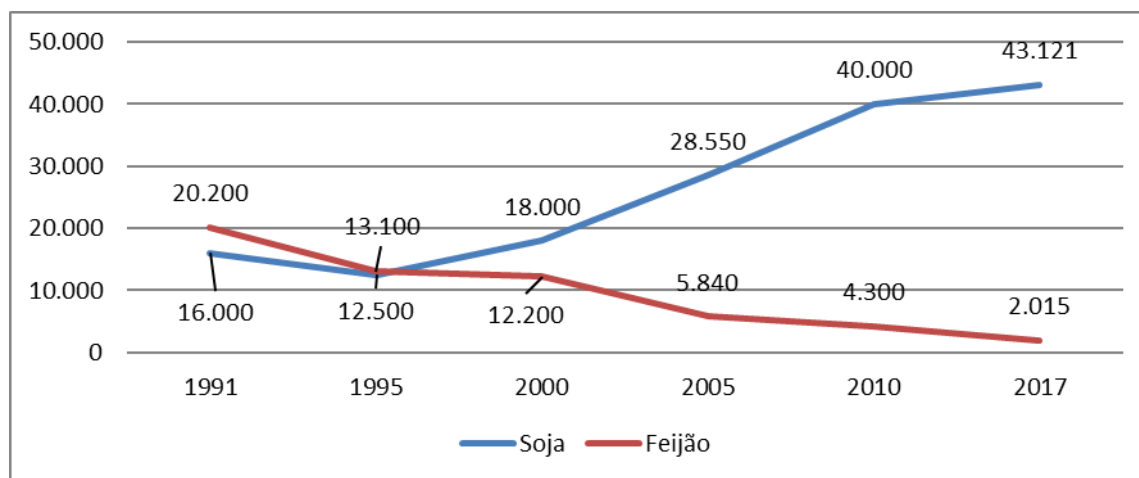
⁸ Apenas em 1996, os camponeses tiveram uma política de crédito, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996). Essa política foi resultado de intensa pressão dos movimentos sindicais e sociais do campo brasileiro.

Nesse sentido, Pitanga, desde o início da década de 1970, já figurava como o segundo maior município produtor de milho do Estado e, a partir da década seguinte, a expropriação e a desterritorialização camponesa começaram a ganhar força. Já havia muitos entraves para o camponês inserir a sua produção no mercado, especialmente com a decaída cada vez mais rápida da produção da madeira. Além disso, a substituição da produção do feijão pela soja (gráfico 3) também acabou com mais uma fonte de trabalho que sustentava muitas pessoas no campo. Dessa forma, o resultado, que o leitor poderá verificar no gráfico 3, foi a queda da população rural, de 75 mil habitantes, em 1980, para 12 mil, em 2010.

Pode-se afirmar que a grande expansão do agronegócio no Paraná – ou pelo menos no interior do Estado – deu-se pela criação de cooperativas. Em Pitanga, esse processo não foi diferente. Primeiro, criou-se a Cooperativa do Centro do Paraná, em 1970, adquirida posteriormente pela Cooperativa Agroindustrial Moranense – Coamo, no ano de 1979.

Como a terra na região ainda estava em processo de valorização, tornava-se barata para quem tivesse recursos e pouco acessível para os camponeses posseiros e pequenos proprietários, os quais adquiriram as suas terras por meio da compra das companhias de colonização que atuaram na região. Muitos imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, principalmente, passaram a adquirir terra para o plantio de soja, milho e trigo (QUEIROZ, 2011). Assim, apesar de mais tardia que em outras regiões do estado, a modernização expropriadora fixou os seus impactos negativos muito rapidamente. O Gráfico 3 mostra como foram necessários poucos anos para que a cultura do feijão fosse quase que totalmente substituída pela da soja, planta símbolo do agronegócio brasileiro.

Gráfico 03: Comparação da área utilizada para a produção de feijão e de soja em hectares (1991 a 2010).



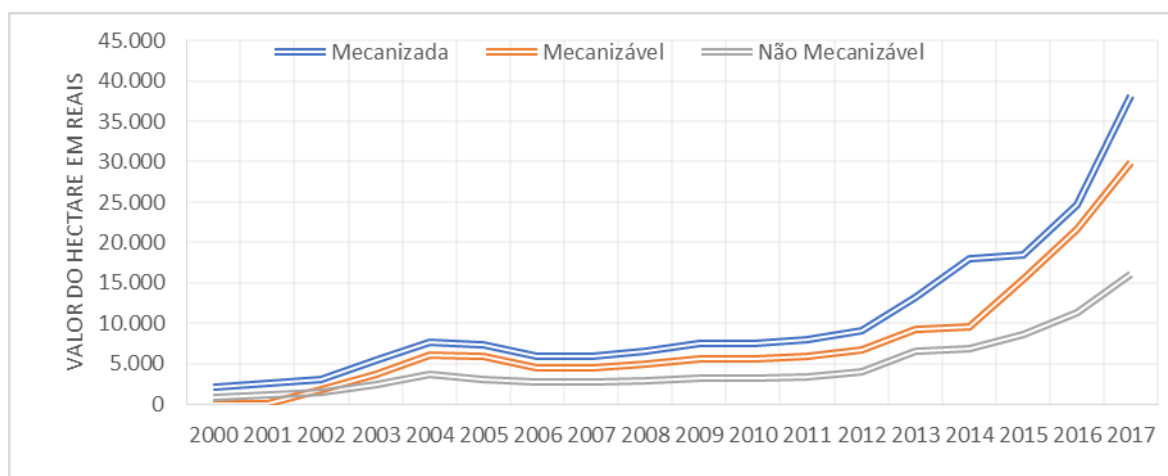
Fonte: IBGE (2017)

Enquanto a soja ocupa uma área de mais de 43 mil ha, presente em 874 estabelecimentos (29% do total), o feijão ocupa apenas 2 mil ha e está presente em 1092 estabelecimentos (36% dos total). Uma das consequências desse processo de monopolização do território pela economia sojeira foi a expulsão e a intensificação da expropriação da renda camponesa. Aqui, convida-se o leitor a comparar o gráfico 3 com o gráfico 5, mais adiante: nesse procedimento, será possível perceber a relação direta entre o avanço do cultivo da soja e a expulsão da população.

O domínio territorial dos cultivos do agronegócio passou a implicar em dificuldades para que os camponeses conseguissem vender a produção não tecnificada. Pitanga está rodeada por pequenos municípios com população baixa e não tem uma estratégia de mercado e logística para alcançar centros consumidores maiores. Muitas famílias camponesas, numerosas que são, passaram a ter dificuldades de manter todos os filhos apenas com o autoconsumo gerado na unidade camponesa. Um dos camponeses, o Sr. José, relata o porquê dos seus filhos deixarem a propriedade “É muita pouca terra né, na verdade nós temo né, e falta de emprego aqui também, aqui na cidade na época que eles foram [...] acharam melhor ir pra lá né, [embora] ganhava mais. “.

Os camponeses começaram a sofrer um processo duplo de expropriação: primeiro pelo não acesso à terra, que só podia ser adquirida por meio da compra, e, segundo, pela redução do trabalho rural, já que, com a mecanização, ocorreu a substituição do trabalho vivo pelo morto, diminuindo as chances de um emprego. Outro impacto gerado pela modernização foi a valorização do preço da terra: apenas durante o período de 2000 a 2017, a terra mecanizada do tipo terra roxa teve um aumento de 1800% do seu valor. (gráfico 4).

Gráfico 04: Preço da terra agrícola tipo roxa em Pitanga/PR - valor em (R\$) - por hectare e tipo de solo - 2000 até 2017



Fonte: SEAB/DERAL (2018). Adaptado pelo autor.

A acelerada valorização da terra foi impulsionada pela crescente especulação imobiliária, conquistada graças ao protagonismo midiático e mercadológico do agronegócio, que tem os seus produtos altamente subsidiados pelo Estado e prestigiados no mercado de exportação, principalmente para cumprir o seu papel de “ajustamento constrangido” (DELGADO, 2010). Delgado (2012) analisa o papel que o agronegócio desempenha na macroeconomia brasileira:

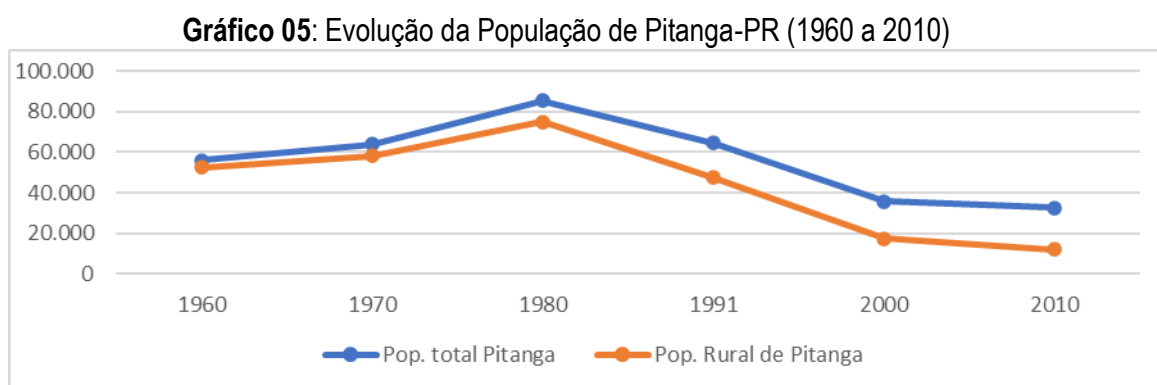
[...] consequência do ajustamento externo imposto à economia e à sociedade brasileiras após a crise da dívida externa dos anos 1980 e a subsequente integração à globalização financeira e comercial na década de 1990. A partir daí, a agricultura tem sido constrangida e estimulada a produzir consideráveis superávits em sua balança comercial, de modo a garantir o ajustamento da balança de pagamentos do país. Nesta perspectiva, a “vocação agroexportadora” do país, tão cara historicamente às suas elites agrárias e agora também agroindustriais, tem sido atualizada para os tempos da globalização. (DELGADO, 2012, p. 2)

Coberto por essa “importância” econômica, o agronegócio vem, há anos, escondendo os profundos impactos que gera não só para os camponeses, mas para toda sociedade que convive com a pobreza e com os danos na natureza e na saúde. Só na plantação de soja, segundo a média elaborada pela Secretaria do Estado da Saúde do Paraná, foram jogados mais de 540 mil litros de agrotóxico, resultando na identificação da presença de agroquímicos nos mananciais que abastecem o consumo de água do município (SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ, 2018). Fernandes (2008, p. 38) explora esse processo e faz uma importante análise:

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando *invisibilizar* sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país.[...]. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as *injustiças sociais*. (grifos nossos)

As condições de abandono do rural brasileiro, em particular da região central do Paraná, retrata a situação de uma parcela da população que não se configurava como estratégica para os investimentos estatais e que foi levada a conviver com o acesso precário às condições básicas de sobrevivência. Com a sua agricultura vulnerabilizada pelo Estado e pelo mercado, a migração para grandes cidades tornou-se uma opção viável à sobrevivência desses sujeitos. A fala de uma camponesa que migrou para Santa Catarina quando era jovem revela esse processo: “*Autor*: Como era

a sua vida no campo? *Sra. Tereza*: Bem sofrida, trabalhava na roça direto, não tinha emprego, não tinha ganho nenhum...”⁹. A falta de renda foi o que motivou a sua migração. É possível notar, a partir dessa breve fala, que ocorreu uma expulsão, não simplesmente um êxodo, como muitos tentam justificar, dado que a sua saída para a cidade só ocorreu pela inviabilização de sua vida no campo. O gráfico 5, a seguir, mostra a intensidade desse processo. Essa diminuição da população é resultado das mudanças que analisadas anteriormente. A partir do censo de 1991 é possível verificar a forte queda da população nos municípios da região central do Paraná. Para ajudar mais ainda na compreensão desta questão, é notável destacar que o território de Pitanga concentrava, até 1980, cerca de 89% da sua população no espaço rural, tendo chegado a apenas 36% em 2010 (IBGE).



Fonte: IBGE (2010).

O Censo 2010 apontou que o Paraná foi um dos estados que teve o maior decréscimo na população rural: em uma década, o número de habitantes foi de 1,7 para 1,5 milhão (-14%). Essa tendência foi observada nos estados do Sul e do Sudeste do Brasil, mas o agravante do território paranaense é a “expulsão” dos jovens do campo. Na faixa etária dos 15 aos 29 anos, quase 100 mil pessoas (-22%) deixaram os domicílios rurais do Paraná. Dos 27 estados, apenas São Paulo (-37%) e Roraima (-24%) perderam mais jovens. Na média nacional, a queda foi de 9,1% (FÉLIX, 2014)¹⁰.

Em Pitanga, a situação da desterritorialização dos jovens também é acentuada: entre os dois últimos censos, a população de 10 a 29 anos diminuiu 29%, ou seja, um número 7% maior do que média do estado. Os motivos dos jovens deixarem o campo e o próprio município são variados, mas o principal, para os autores, é a desigualdade que caracteriza o rural pitanguense. Durante a pesquisa de mestrado, no referido recorte espacial, ficou claro que sem acesso à terra, sem trabalho, sem escolas e universidades próximas, o meio urbano continua sendo a grande possibilidade de se reproduzirem

⁹ Entrevista feita durante os trabalhos de campo, em Junho de 2014.

¹⁰ Acesse a reportagem completa: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/especial-parana-em-pessoa/soudocampo-com-orgulho-e-dificuldade-edldj6tsy4zh36j1cu81m93da/>.

socialmente (PAULA, 2015). Além do mais, essa questão é característica da atualidade da questão agrária no recorte territorial estudado e motivou a pesquisa por mecanismos atuais de expropriação da agricultura camponesa.

Com esses dados, vê-se que continuam existindo trabalhadores sem terras, excluídos e desfavorecidos, que se veem pressionados por um modelo que prega por um desenvolvimento para poucos e que conserva as estruturas sociais que privilegiam uma pequena quantidade de afortunados que detêm a posse da grande parte das terras. Por sua vez, coloca cada vez mais tecnologias nocivas à qualidade de vida de todos, deixando o campo vazio, escasso de pessoas e de relações. Por essa razão, concorda-se com Haesbaert (2005), quando diz que o conceito de desterritorialização deve ser usado muito mais para sujeitos que vivem em uma condição subalterna do que para as classes privilegiadas que têm a sua mobilidade confundida com desterritorialização.

Além disso, os dados dos gráficos aqui apresentados revelam que, enquanto as atividades econômicas incluíam a agricultura camponesa, principalmente a erva-mate, as safras de porcos e as indústrias da madeira com o emprego rural, o território conseguia manter grande parte da sua população ocupada e residindo no campo. Posteriormente, com a consolidação cada vez mais rápida da agricultura dita moderna e do agronegócio, os camponeses (incluindo principalmente os jovens e os sem-terra) enfrentaram muitas dificuldades para permanecerem no campo.

Essa apropriação territorial da agricultura mecanizada não representou uma melhora na condição de vida dos camponeses, trabalhadores rurais e nem para o próprio município, pois, devido a sua economia estar totalmente ligada à agropecuária, não conseguiu envolver toda a população, que continua a ser expropriada/desterritorializada do campo. Nesse contexto, o setor agropecuário é responsável por 26% do PIB do município, enquanto o setor industrial representa apenas 9,5% e o setor de serviços, 64%. Logo, a economia de Pitanga é influenciada pela produção do espaço rural, que, junto com a contínua desterritorialização no campo, faz com que a concentração de renda aumente ainda mais, sendo considerada muito alta (0,621) no Índice de Desenvolvimento Humano¹¹ de 2010. Assim:

Quando recorrermos à história recente facilmente constatamos que os sucessos tão alardeados pela máquina midiática do capital sobre os resultados da *revolução verde*, que carrega os significados do progresso técnico-científico na agricultura, considerando a articulação da motomecanização aos insumos químicos e de outros matizes, iniciada nos anos 1950/1960, não poderíamos deixar de contrapor o quanto mais de miséria e de exclusão proporcionou para os camponeses e para os trabalhadores assalariados (THOMAZ JR., 2006, p. 6).

¹¹ Entende-se que esses dados não representam a realidade por completo, mas é mais uma variável que revela algumas das informações analisadas subcapítulo.

Segundo esse índice, a situação de pobreza da região de localização do território pitanguense tornou-se polo de atenção para que o Estado aplique políticas públicas direcionadas para enfrentar essa questão. Hoje, existem dados que ajudam a mensurar o nível de pobreza de determinados municípios, regiões, estados e territórios, como é o caso do número de famílias pobres encontradas nos municípios. Assim, pode-se perceber que 40,9% delas são consideradas pobres; dessas, 44,2% são urbanas e 55,8% são rurais (IPARDES, 2010). Os dados são reveladores no sentido de demonstrarem que existe uma concentração grande de pobres vivendo no campo o que, conseqüentemente, relaciona-se com os dados da desterritorialização, revelados anteriormente. Dessa forma, o município de Pitanga é considerado um território de pobreza por não oferecer as condições básicas para que as pessoas consigam continuar vivendo e se reproduzindo com dignidade. O contexto das relações macroeconômicas e de poder é responsável por essa realidade imposta a muitos sujeitos, sobretudo, aos camponeses.

Considerações finais

O leitor pôde perceber, ao longo do texto, como a construção do espaço geográfico é influenciada diretamente pela forma predominante de acumulação capitalista. Essas atividades econômicas imprimiram uma dinâmica que atraiu, em determinados momentos, camponeses para o município estudado, como foi o caso da erva-mate e da criação de suínos. No entanto, quando essas atividades entraram em crise houve um impacto negativo na forma como os camponeses se organizavam e se reproduziam.

A territorialização do agronegócio madeireiro e sojeiro na região impôs um ambiente de expropriação e expulsão no município pesquisado. A impossibilidade da aquisição de terras, a expulsão imposta aos ocupantes e camponeses proprietários de terras pelo agronegócio e pelo Estado, junto com a exclusão de milhares de empregos por um modelo embasado no trabalho morto da tecnologia, obrigaram que 84% da população rural fosse expulsa para outras regiões do Brasil. Essa migração forçada é contínua, o que impõe vários problemas para a própria soberania alimentar nacional, pois esses sujeitos são responsáveis, segundo o IBGE (2006), por produzir 75% dos alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros.

Diante desse cenário, é preciso reafirmar a necessidade de se realizar uma política pública de reforma agrária forte e radical. É preciso criar os mecanismos para acabar com as grandes propriedades improdutivas e liquidar as dívidas bilionárias do setor com a sociedade brasileira, o qual deve quase 1 trilhão de reais à União (AMENI, 2016). No artigo, também foi possível verificar que a

questão agrária continua atual e que o aprofundamento das contradições e injustiças sociais ocasionadas pelo modelo de desenvolvimento baseado na lógica do agronegócio precisa ser urgentemente revisto e trocado por uma política que valorize e dê oportunidades para os camponeses resistirem, garantido não só uma distribuição de renda mais justa, mas também melhorando a quantidade e a qualidade dos alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros.

Referências

- ALENTEJANO, P. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia. *Terra Livre*, São Paulo Ano 27, Vol. 1, n.36 p.1- 291, 2011.
- AMENI, C. Proprietários de terra devem quase 1 trilhão de reais à União, *DE OLHO NOS RURALISTAS*, 2016. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/12/proprietarios-de-terra-devem-quase-r-1-trilhao-uniao/>, Acesso em: 05 jul. 2018.
- BACH, A. M. *Porcadeiros*. Ponta Grossa: do autor. 2009.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.
- CLEVE, J. J. C. *Memórias de Pitanga*. Curitiba: Artes e Textos, 2010.
- DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: Carter, Miguel, *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. – São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.81-112.
- DELGADO, N. G. Agronegócio e agricultura familiar no brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. *Revista Novos Cadernos NAEA*, Vol. 15, Nº1, 2012, p.85-129.
- FAVARO, J. L. *Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35905>. Acesso em: 20 out. 2019
- FÉLIX R. #soudocampo, com orgulho... e dificuldade. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/especial-parana-em-pessoa/soudocampo-com-orgulho-e-dificuldade-edldj6tsy4zh36j1cu81m93da/>. Acesso em: 20 out. 2020.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M.; F. B. M.; DA SILVEIRA, J. M. F. J. *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Editora Unicamp, 2008.
- GOMES, M. de F. V. B. *Trajetória Sócio Ambiental de Guarapuava: Leituras de Paisagem*. 2009, Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105003>. Acesso em: 10 jun de 2019.
- HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização, In: PÓVOA NETO, H. e FERREIRA, A. P. *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.35-46.
- HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IBGE, *Censo Agropecuário, 2017*, Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>, acesso em 02 de jan. de 2019.
- IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/popul> Acesso em: 03 out. 2017.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisa/ca/default.asp>, Acesso em: 15 jan. de 2011.

- IPARDES, Taxa de Pobreza. In: IPARDES, *Banco de dados do Estado –BDEWeb*. 2010, Curitiba, PR: IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 20 out. 2019.
- KALTMEIER, O. Hacia la descolonización de las metodologías: reciprocidad, horizontalidad y poder. In: Kaltmeier O, Corona Berkin S, eds. *En diálogo. Metodologías horizontales en Ciencias Sociales y Culturales*. Barcelona: Gedisa; 2012: p.25-54.
- KRÜGER, N. *Guarapuava Fases Históricas Ciclos Econômicos: Das Missões Jesuíticas do século XVI a Modernidade do Século XXI*. Guarapuava: Edição do autor, 2010.
- MARTINS, J. de S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 3. Ed., 1991.
- OBSERVATÓRIO DIGITAL DO TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS. *Pitanga/PR*. 2018, [s/l]. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/41>. Acesso em: 14 de jun. de 2019.
- OLIVEIRA, A. A. de. Observação e entrevista em pesquisa qualitativa. *Revista Facevv*, v. 4, n. 4, p. 22-27, 2010.
- OLIVEIRA, A. U; STEDILE, J. P. *A natureza do Agronegócio do Brasil*. Brasília: Via Campesina, 2005.
- ORTEZ, E.E.; SCRIBANO A. El proces metodológico de la investigacion cualitativa. In: SCRIBANO, Adrián. *El proceso de investigación social cualitativo*. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p.23-54.
- PAULA, A.M. *Fases da expropriação e da desterritorialização camponesa em Pitanga- PR*, 2015, 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal do Paraná (PR), Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/39107>. Acesso em: 20 out. 2019.
- QUEIROZ, M., Organização socioespacial da região central do Paraná. In: Simpósio de Estudos Urbanos- I SEUB, Anais do I Simpósio de Estudos Urbanos - I SEURB, 2., 2011, Campo Mourão, *Anais [...]*. Universidade Estadual do Paraná, 2011, p. 1-26
- SEAB, PARANÁ, *Pesquisa de preços de terras agrícolas*. Curitiba, 2018, Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/terras>. Aceso em: 25/04/2020
- SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ, PARANÁ, *Plano de Vigilância e Atenção à Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos do Estado do Paraná 2017 a 2019*. Curitiba, 2019. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/plano_agrotoxicos.pdf Acesso em: 20 junho de 2019.
- SILVA, M. da. *Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná*. 2005, Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105005>. Acesso em: 15 de mai. 2018.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias [online]*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- THOMAZ JÚNIOR, A. (Des)Realização do trabalho: se camponês, se operário! (Repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). In: ALASRU VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006, Quito, *Anais [...]* 2006. v. 1. p. 1-20.